

Clay Shirky. 2008. *Here Comes Everybody: How Change Happens When People Come Together*. Nova Iorque: Penguin Books. 344pp. ISBN: 978-0-141-03062-3

As tecnologias de e em rede fazem parte da vida diária de milhões de pessoas e fomentam a inteligência coletiva. Há uma revolução social online em curso e as pessoas estão a alterar os seus comportamentos: trabalham, vivem e pensam em rede. A Web 2.0 (considerada uma nova geração de Internet com aplicações e serviços orientados à esfera social) explora as múltiplas inovações que conduzem à mudança social e comunicacional em curso. Este modelo alternativo e emergente de comunicação promove ambientes sociais que permitem pensar a criatividade e a inovação de forma coletiva. A proposta de Clay Shirky é a de compreender como é que a interseção entre as ferramentas de comunicação e a vida social promove a atividade coletiva e é precursora de uma transformação social que já se iniciou. O livro *Here Comes Everybody: How Change Happens When People Come Together* aborda as dinâmicas sociais que decorrem da comunicação online e centra-se na perspectiva de que a tecnologia não se encerra em si, de modo que é a sua utilização que deve ser estudada.

A lógica da Internet como plataforma de rede social oferece aos utilizadores a oportunidade de se associarem a pessoas com quem partilham interesses, encontrar novas fontes de informação e publicação de conteúdo e opinião. A Web 2.0 está a dar a todos a possibilidade de ter uma voz. Facebook, YouTube, Flickr e Twitter são a 'nova ágora', que combina o poder do capital humano e capital social, com o potencial de comunicação global da Web social. As possibilidades existem, a rede é dinâmica e a velocidade é uma realidade. Isto não significa, porém, que a Web social seja o altifalante das sociedades.

Clay Shirky defende, assim, que a implementação desta Web social pode ter

grande impacto na sociedade e que as múltiplas formas de produção participativa digitalmente mediada estão a transformar a paisagem social e os próprios meios de comunicação: 'o panorama dos media transforma-se porque a comunicação pessoal e a publicação, anteriormente funções separadas, se fundem. O resultado é quebrar o padrão profissional da filtragem do bom e do medíocre antes da publicação; agora este mecanismo de filtragem é cada vez mais social, e acontece depois' (p. 81).

De igual modo, o autor considera que o novo paradigma da comunicação é orientado para a socialização e é baseado em plataformas de rede social e conteúdo criado pelo utilizador. Portanto, o novo modelo de comunicação está centrado no uso social da tecnologia. Tudo é social: o conteúdo, distribuição, interação, práticas, factos, ação. Os media digital estão agora integrados na vida quotidiana e as formas de participação da produção digitalmente mediada estão a transformar os ambientes sociais, na medida em que permitem intervenção social.

Uma das premissas centrais deste livro é que a sociedade não é apenas produto dos seus membros individuais, mas também dos grupos que a constituem. As relações que agregam indivíduos e grupos e indivíduos de e entre grupos formam redes de grande complexidade. Shirky considera que a esta característica dos grupos cresce mais depressa do que a sua dimensão. O autor defende que as novas ferramentas sociais de comunicação na Internet promovem novas configurações de agregação de indivíduos e de formação de grupos.

Os novos instrumentos e os objetos de interação que decorrem da proliferação de plataformas sociais na rede centram-se na lógica da partilha com vista à cooperação e à ação coletiva. A partilha realizada através de objetos sociais exige menos participação do utilizador. Já a cooperação é o novo patamar na dimensão social dos

ambientes virtuais: implica alteração do comportamento com vista a uma sincronização com o grupo. Por outro lado, enquanto a partilha implica uma agregação de participantes, a cooperação cria identidade de grupo. Uma das formas mais simples de cooperação é a conversação, que cria um sentido de comunidade uma vez que promove um sentimento misto entre presença e pertença. Neste sentido, a ação coletiva implica que os elementos do grupo se comprometam para um esforço conjunto em particular: 'a partilha de informação produz conhecimento entre os participantes e a produção colaborativa baseia-se na criação compartilhada, mas a ação coletiva cria responsabilidade partilhada, identificando a identidade do utilizador com a do grupo' (p. 51).

As redes sociais que se geram na Web estão a promover a participação do público, mas, muitas vezes, a discussão crítica não existe na Internet. A intervenção aberta pode tornar-se um ambiente de ruído, com uma estrutura descontrolada. Isto significa que as redes sociais online são formas anárquicas de participação? Na realidade, o espaço público da Web é complexo, multifacetado e totalmente desestruturado. Mas o poder de mobilização da Internet é, em simultâneo, também uma evidência. Shirky refere vários exemplos dessa capacidade, como as informações que foram sendo publicadas por utilizadores comuns na sequência dos atentados bombistas em Londres, em junho de 2004, ou do Tsunami na Ásia no final desse mesmo ano. O autor alerta para o facto de as 'ferramentas sociais fornecem uma plataforma para as comunidades de prática' (p. 100) e garante que estas ferramentas 'não são um progresso para a sociedade moderna; são um desafio a esta' (p. 107).

As redes sociais online e os media sociais são espaços intermediários que não estão desligados do mundo offline. No entanto, e apesar de as novas tecnologias reforçarem a possibilidade de ativismo

social, a ação individual e a expressão do 'eu' podem ser observadas com mais frequência. A esfera pública na rede parece estar muito fragmentado e o conteúdo parece ser mais pessoal do que social. Ferramentas simples permitem participações notáveis em contextos de cooperação, partilha e ação coletiva: uma 'comunidade que se funde na audiência' (p. 89). No entanto, as 'ferramentas sociais não criam novas motivações mais do que ampliam as já existentes' (p. 294). Ainda assim, a mudança ocorre geralmente nestas condições: 'ferramentas banais em contextos notáveis' (p. 182). O autor defende ainda que 'quando a sociedade está a mudar, queremos saber se a mudança é boa ou má, mas esse tipo de julgamento torna-se sem sentido com transformações desta dimensão' (p. 207).

Além disso, as novas ferramentas estão a ser usadas para criar capital social. O autor refere Gibson e Barlow, que caracterizam o ciberespaço como um distanciamento progressivo da vida social a partir do espaço real. Mas atualmente estas noções de ciberespaço perdem o sentido, atendendo ao facto de que a 'Internet augments real-world social life rather than providing an alternative to it. Instead of becoming a separate cyberspace, our electronic networks are becoming deeply embedded in real life' (p. 196).

No ecossistema da nova comunicação há novos intervenientes que utilizam a tecnologia social: os utilizadores anónimos que partilham informações, produzem *estórias* numa lógica de 'crowdsourcing', fazem agregação inteligente de conteúdos, promovem mensagens sociais e (principalmente) conectam-se com outras pessoas através de ferramentas de conversação. Estas interações sociais complexas decorrem de novas práticas e relações sociais que são materializadas nas plataformas digitais em metadados e sustentadas por objetos sociais. A fronteira entre o pessoal e o público começa a ficar ténue, ao mesmo tempo que o

profissional e o amador começam também a fundir-se: ‘agora as nossas redes de comunicação sobrepõem-se, com as comunicações pessoais e públicas a terem lugar no mesmo medium’ (p. 325). O modelo de comunicação do novo ecossistema mediático é efetivamente diferente. No entanto, é urgente compreender se as novas dinâmicas sociais são inteiramente produto dos aglomerados de indivíduos que povoam a rede ou, em alternativa, de novos *gatekeepers* que figuram como uma extensão dos poderes (sejam estes sociais, culturais, políticos ou económicos) do mundo offline.

Inês Amaral

Instituto Superior Miguel Torga

Catarina Ribeiro, 2009. *A Criança na Justiça: Trajetórias e Significados do Processo Judicial de Crianças Vítimas de Abuso Sexual Intrafamiliar*. Coimbra: Almedina. 213pp. ISBN: 978-972-40-3787-56.

Catarina Ribeiro é docente na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa e do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, bem como psicóloga no Centro de Investigação e Clínica Forense. O seu livro divide-se em duas partes. A primeira diz respeito ao enquadramento teórico, ao longo de cinco capítulos. A segunda parte refere o estudo empírico, discussão e conclusões. O que está em causa é a criança relativamente ao seu contacto com o sistema de justiça, enquanto vítima de abuso sexual em contexto intrafamiliar.

No primeiro capítulo, a autora defende a pertinência da psicologia forense impulsionada pela emergência de novos contextos e fenómenos sociais, assim como as próprias transformações da ciência. A psicologia forense é apresentada como

devendo fazer parte integrante de uma equipa pluridisciplinar com o fundamental objetivo do bem-estar e proteção da criança. Neste mesmo capítulo, a autora explana, de forma sequencial, o conceito de vitimologia e os seus vários níveis. Esta exposição é muito pertinente, em particular porque esta temática é pouco desenvolvida na literatura existente. No que diz respeito à vitimização secundária, porém, a exposição é mais redundante. Na verdade, pouco ou nada se faz na prevenção, uma vez que a criança é submetida, inúmeras vezes, a questionários semelhantes sobre o abuso, ao invés de se fazer uma colheita de dados única para memória futura. A autora, fala-nos ainda, da tipologia dos maus-tratos e da pertinência da psicologia forense para uma melhor compreensão do binómio lei-sujeito.

No segundo capítulo, é dada a conhecer a evolução, ao longo dos tempos, do abuso sexual da criança em contexto familiar. Catarina Ribeiro faz notar que ainda não há consenso na comunidade científica acerca de uma definição de ‘abuso sexual’, continuando a entender-se o abuso como um conceito amplo, suscetível de múltiplas formas de manifestação e interpretação. Daí decorre a dificuldade em traçar uma única linha de trabalho e orientação, o que dificulta a proteção da criança, traduzindo-se em maior permeabilidade à vitimização sexual em contexto intrafamiliar. Afinal, é suposto a família ser o porto de abrigo da criança e não o foco de dor e tormento. A criança, muitas vezes, sente medo de denunciar o familiar ofensor, porque não sabe quais serão as consequências que poderão advir para si e para o agressor, o que faz aumentar o sentimento de incerteza e as possibilidades de vitimização. De acordo com a autora, estas crianças apresentam comportamentos de insegurança, instabilidade emocional e afetiva, o que deverá ser motivo de alerta para os profissionais de saúde que lidam com elas. No entanto, a ausência de sintomatologia não é garante da ausência